

ACM quer atrasar processo de cassação

Senador tentará última cartada após votação no conselho amanhã, mas está pronto a renunciar

GERSON CAMAROTTI

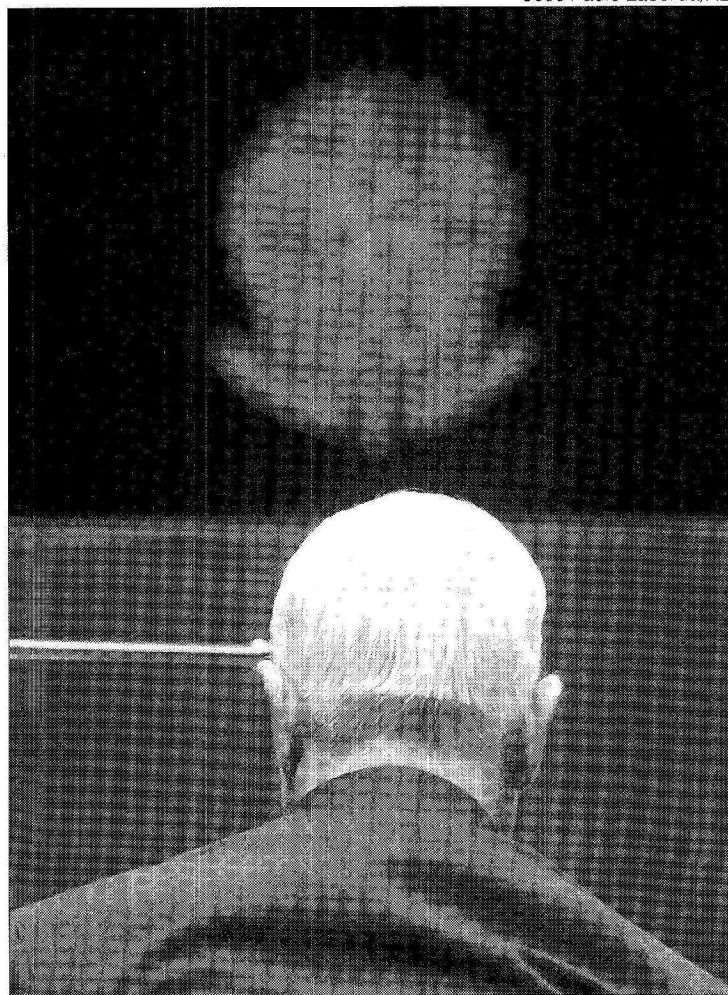
BRASÍLIA – O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ainda aposta em ganhar tempo, pressionando a Mesa Diretora do Senado a adiar o máximo possível a abertura do processo de cassação. Esta será sua última cartada e, se não der certo, ele está pronto a renunciar ao mandato, para preservar seus direitos políticos, embora tenha voltado a negar a informação ontem. “Aguardo a decisão da Mesa para ver que atitude tomar”, disse, ao chegar ao Senado, à tarde. “Eu não vou renunciar nem amanhã nem quinta-feira, vou esperar a Mesa.”

“Acho que vocês estão enganados quando acham que o processo termina na quarta-feira”, acrescentou. O Conselho de Ética do Senado votará amanhã o relatório de Saturnino Braga (PSB-RJ), recomendando abertura de processo de cassação contra ele e José Roberto Arruda (sem partido-DF). ACM disse que, se o conselho aprovar a proposta de Saturnino, ela será enviada à Mesa Diretora, que terá de designar um relator para analisar o processo.

Ele decidiu usar todos os recursos regimentais e assegurou que, ao contrário de pareceres de consultores do Senado, a Mesa não tem prazo para deliberar. No momento em que o relatório chegar à Mesa, seus aliados deverão tomar duas iniciativas: solicitar vistas do parecer do relator a ser indicado e pedir a confrontação dos laudos feitos pela Polícia Federal e pela Unicamp sobre a fita da gravação da conversa com os procuradores da República, em que ACM teria admitido a violação do painel de votação do Senado na cassação de Luiz Estevão.

Ao *Estado*, o pefelista chegou a fazer um desabafo enigmático: “Vocês ainda vão ver o que vou fazer com este País.” Depois de passar pelo plenário, ACM trancou-se no seu gabinete e retomou a articulação para tentar impedir o processo de cassação. Nos últimos dias, ele não esconde dos amigos próximos seu dilema. “O senador Antonio Carlos está esperando o momento certo para renunciar”, avaliou um político aliado. “Por enquanto, ele continuará trabalhando, já que ainda tem esperança de evitar a punição.”

Ontem, ACM rebateu a informação do primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE), de que, após receber a conclusão do conselho, a Mesa re-



José Paulo Lacerda/AE

ACM: “Vocês ainda vão ver o que eu vou fazer com este País”

solveria em 24 horas. “O relator precisa ter um tempo razoável para apresentar o parecer”, avisou ACM. “O processo não pode ser devolvido em 24 horas porque tem 2.314 páginas e o relator não será leviano de não estudar para dar o parecer. Até porque, se o fizesse, o parecer poderia ser impugnado.”

Ele voltou a cobrar avaliação jurídica do caso. “É um erro do Senado fazer um julgamento exclusivamente político.” Segundo amigos, nos últimos dias o pefelista tem reclamado com frequência do afastamento de antigos aliados. “Ele está desiludido”, contou um carlista. Da queixa, ele excetua apenas o PFL. “Meu partido nunca deixou de me apoiar; não fui abandonado pelo PFL, o que me honra muito”, disse.

Saúde – Outra preocupação de assessores e parentes é com a saúde de ACM. Nos últimos dias ele emagreceu e está abatido. “Todo esse desgaste está afetando a saúde do senador”, contou um aliado. Por causa disso, não deve adiar por muito tempo sua renúncia. Outro fator que deve pesar na decisão é o processo de enfraquecimento político na Bahia, já que seus adversários uniram forças. Sua intenção é voltar para a Bahia e reorganizar sua base política.

O PFL também está convencido de que ACM renunciará. “Antonio Carlos sabe que se for até o conselho, perderá”, disse um pefelista. “Desde sexta-feira, foi instaurada uma lei do silêncio, sinal claro de que a situação está cada vez mais grave e a única saída será mesmo a renúncia”, completou.

Esforços – Apesar disso, os pefelistas redobram os esforços e tentam todos os recursos jurídicos e regimentais para proteger o processo e tumultuar a sessão amanhã. Até a decisão do presidente do conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS), de fazer votação aberta será questionada pelos defensores de ACM.

“Houve armação, pois isso foi decidido fora das reuniões do conselho”, criticou Waldeck Ornélas (PFL-BA), que chamou Tebet de arbitrário. “A questão é ética, não regimental. Minha questão de ordem continua em aberto”, acrescentou, referindo-se à pergunta que fez sobre a votação, quando ouviu em resposta que a questão já estava decidida. Munido das notas taquigráficas do dia da apresentação do relatório, ele pretende levantar novamente a discussão amanhã. “Não há o que discutir”, rebateu Tebet. Os pefelistas dedicam-se ao

texto do voto em separado, alternativo ao de Saturnino, que está sendo elaborado pelos advogados Márcio Thomaz Bastos e Luiz Vicente Cernicchiaro. O PFL vai decidir se recomendará arquivamento do processo ou suspensão do mandato por 90 dias. Ainda não foi definido se o texto será apresentado por Ornélas ou Paulo Souto (BA). Pensou-se em convidar o catarinense Geraldo Althoff, para que a defesa de ACM não fique apenas com os baianos.

Arruda – Paralelamente, Tebet examina alternativas para evitar que Arruda vote no conse-

lho. Até ontem à noite, ainda não havia encontrado artigo na Constituição que o impedisse. O suplente de Arruda, Antero Paes de Barros (PSDB-MT), favorável à cassação, criticou o senador do Distrito Federal. “É mais um deslize ético dele. O correto seria declarar-se impedido, mas a quem já violou o painel de votação, seria pedir demais que tenha ética.”

Tebet disse que só anunciará sua decisão amanhã, mas “gostaria” que Arruda “por vontade” própria não votasse. A amigos, o senador do Distrito Federal afirmou que pretende abster-se. Ele não compareceu a ou-

tras sessões do conselho, razão pela qual Antero quer ocupar seu lugar amanhã.

Ao contrário de ACM, Arruda ficou em seu apartamento preparando a defesa. Segundo assessores, ele tem dito que não renunciará antes de amanhã. O senador também está revendo o relatório da CPI dos Bancos, da qual foi vice-presidente e, como líder do governo no Senado, defendeu o Planalto. Sua preocupação é evitar ser acusado de ter trabalhado para impedir apuração mais profunda. (Colaboraram Renata Giral-di, Tânia Monteiro e Cida Fontes, da Agência Estado)

**ORNÉLAS
VAI INSISTIR
EM SESSÃO
FECHADA**